

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
PRÓLOGO	15
1. INTRODUÇÃO	17
2. LINHAS GERAIS SOBRE DIREITO PENAL ECONÔMICO E O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO	21
2.1. Efeitos da delinquência econômica	26
2.2. Criminalidade econômica e o crime organizado	29
3. O DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO: CONCEITO E CA- RACTERÍSTICAS	33
3.1. Conceito de lavagem.....	35
3.2. Caracterização do delito de lavagem de dinheiro.....	36
3.2.1. Internacionalização dos atos de lavagem de dinheiro.	39
3.2.2. Profissionalização das atividades de lavagem.....	41
3.2.3. Vocação de permanência	41
3.2.4. Complexidade ou variedade dos métodos empregados	42
3.2.5. Volume do fen�meno	43
3.2.6. Conexão entre redes criminais.....	44
3.3. Técnicas ou fases da lavagem de dinheiro	45

3.3.1. Fase de ocultação ou colocação	46
3.3.1.1. Colocação através de entidades financeiras por meio de fracionamento	47
3.3.1.2. Cumplicidade bancária	49
3.3.1.3. Emprego abusivo das exceções da obrigação de identificar ou de comunicar	49
3.3.1.4. Colocação mediante instituições financeiras não-tradicionais	50
3.3.1.5. Mescla ou mistura de fundos lícitos e ilícitos...	50
3.3.1.6. Contrabando de dinheiro	51
3.3.1.7. Aquisição de bens com dinheiro em espécie	52
3.3.1.8. Outros mecanismos específicos de ocultação ou colocação – câmbio, bolsa, offshores, moedas virtuais, entre outros	52
3.3.2. Fase de dissimulação, mascaramento ou encobrimento	58
3.3.2.1. A conversão do dinheiro em instrumentos financeiros	58
3.3.2.2. Aquisição de bens materiais com dinheiro e sua posterior troca ou venda	59
3.3.2.3. Transferência eletrônica de fundos	60
3.3.3. Fase de integração, reinserção ou reinversão	61
3.3.3.1. Venda de bens imóveis	61
3.3.3.2. Interposição de testas-de-ferro, empresas fantasmas e empréstimos simulados	63
3.3.3.3. Cumplicidade de bancos estrangeiros	64
3.3.3.4. Falsas faturas de importação/exportação	64
3.3.3.5. Outros procedimentos específicos de lavagem de dinheiro	65
3.4. o bem jurídico tutelado pela norma penal	70
3.4.1. Aproximações à teoria do bem jurídico	70
3.4.2. O bem jurídico tutelado no crime de lavagem de dinheiro	76

3.4.2.1. O bem jurídico prévio	77
3.4.2.2. A administração da Justiça	79
3.4.2.3. A ordem econômica	81
3.4.2.4. Pluriofensividade	87
3.4.2.5. Conclusivamente: tomada de posição.....	88
3.5. O momento consumativo: crime instantâneo ou permanente?	90
3.5.1. Lavagem enquanto crime permanente.....	90
3.5.2. Lavagem enquanto crime instantâneo ou “crime de estado”	96
3.6. Sujeito ativo: autoria e participação no delito de lavagem de dinheiro	98
3.6.1. Autoria.....	98
3.6.2. Autoria mediata	103
3.6.3. Coautoria	104
3.6.4. Participação	106
3.6.4.1. Formas de participação: instigação e cumplicidade	108
3.6.4.2. A participação de menor importância	110
3.6.4.3. Excurso – Algumas categorias limitadoras da participação criminal	110
3.7. Participação criminal do advogado no delito de lavagem ..	122
3.8. A autolavagem	124
4. ANÁLISE DOS TIPOS PENAIIS	133
4.1. O ARTIGO 1º, CAPUT	133
4.1.1. As condutas típicas: “ocultar” e “dissimular”	134
4.1.2. O objeto material do delito: bens, direitos e valores	135
4.1.3. O objeto da ação do caput do artigo 1º	137
4.1.3.1. A ocultação ou dissimulação da “natureza” de bens, direitos ou valores	137
4.1.3.2. A ocultação ou dissimulação da “origem” de bens, direitos ou valores	139

4.1.3.3. A ocultação ou dissimulação da “localização” de bens, direitos ou valores.....	139
4.1.3.4. A ocultação ou dissimulação da “disposição” de bens, direitos ou valores	140
4.1.3.5. A ocultação ou dissimulação da “movimentação” de bens, direitos ou valores.....	141
4.1.3.6. A ocultação ou dissimulação da “propriedade” de bens, direitos ou valores.....	141
4.2. A equiparação do art. 1º, § 1º	142
4.3. A equiparação do art. 1º, § 2º	144
4.4. O elemento subjetivo da lavagem de dinheiro	146
4.4.1. Elemento subjetivo no caput do art. 1º.....	146
4.4.1.1. A lavagem por dolo eventual no julgamento do Mensalão (Ação Penal nº 470).....	148
4.4.1.2. Conclusão: admissão do dolo eventual no delito de lavagem de dinheiro pelo Judiciário brasileiro	152
4.4.2. Elemento subjetivo no § 1º	153
4.4.3. Elemento subjetivo no § 2º	154
4.4.4. O erro de tipo e o crime de lavagem de dinheiro...	155
4.4.5. A aplicação da teoria da cegueira deliberada	157
4.4.5.1. O dolo em nossa tradição teórica	157
4.4.5.2. A teoria da cegueira deliberada	161
4.4.5.3. A cegueira deliberada no caso Mensalão (Ação Penal 470).....	164
5. QUESTÕES PROBLEMÁTICAS SOBRE A LAVAGEM DE DINHEIRO	169
5.1. A causa de aumento de pena do § 4º, art. 1º, da lei de lavagem	169
5.1.1. Primeira hipótese de aumento: reiteração da lavagem	169
5.1.2. Segunda hipótese de aumento: lavagem por intermédio de organização criminoso	174
5.2. O problema da prova do delito prévio.....	175

5.3. Extensão da criminalização aos sujeitos obrigados e a omissão imprópria	179
5.3.1. A omissão imprópria no Direito Penal.....	179
5.3.2. Os sujeitos obrigados na Lei de Lavagem e a posição de garante	181
6. LAVAGEM DE DINHEIRO E A MESCLA DE CAPITAIS LÍCITOS E ILÍCITOS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
REFERÊNCIAS DE JULGADOS	203